

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Empresa mantém responsabilidade solidária em acidente de trabalho com terceirizado

☞ A 4ª Turma do TST manteve a condenação solidária ao pagamento de pensão vitalícia, prótese moderna e indenizações por danos morais e estéticos a um montador terceirizado que sofreu amputações em acidente de trabalho.

📌 **Relevância:** A decisão reafirma a responsabilidade solidária do tomador de serviços em acidentes de trabalho com terceirizados. O TST fixou entendimento de que, em casos de dano extrapatrimonial grave, se aplica o art. 942 do Código Civil, consolidando proteção ao trabalhador e coibindo negligência em contratos de terceirização.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/montador-que-perdeu-braco-e-dedos-em-acidente-de-trabalho-recebera-protese-pensao-e-indenizacao>

2. Reconhecida indenização a trabalhador vítima de situação de risco durante transporte

☞ A 3ª Turma do TST reconheceu o direito de um trabalhador a indenização por dano moral após ter sido trancado no baú do veículo durante um assalto à mão armada. O tribunal entendeu que o transporte de cargas é atividade de risco, cabendo ao empregador a responsabilidade objetiva pelos danos sofridos pelo empregado, independentemente de culpa.

📌 **Relevância:** Atenção ao precedente para ações indenizatórias no âmbito da segurança e integridade do empregado no exercício de suas funções.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/motorista-trancado-no-bau-do-caminhao-durante-assalto-deve-receber-indenizacao>

3. 2ª Câmara confirma vínculo de emprego e direitos trabalhistas de doméstica

💡 O TRT-15 confirmou o vínculo empregatício de uma doméstica com o tomador de serviços, garantindo pagamento de verbas trabalhistas e anotação na CTPS, ao comprovar a prestação contínua e subordinada de serviços.

📌 **Relevância:** A decisão evidencia que a simples informalidade na contratação não afasta a caracterização do vínculo. A ausência de registro e de controle de jornada pode resultar em condenações significativas quando comprovado presentes os requisitos do vínculo.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/2a-camara-confirma-vinculo-de-emprego-e-direitos-trabalhistas-de-domestica>

4. 8ª Câmara acata alegação de julgamento “extra petita” e reconhece quitação integral de aviso prévio proporcional

💡 O TRT-15 acatou a alegação de julgamento *extra petita* e reconheceu a quitação integral do aviso prévio proporcional pago pela empresa, negando diferenças pleiteadas pelo trabalhador.

📌 **Relevância:** A decisão reforça o princípio da congruência processual garantindo segurança jurídica ao reconhecer que houve julgamento além do pedido inicial.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/8a-camara-afasta-alegacao-de-julgamento-extra-petita-e-reconhece-quitacao-integral-de>

5. Dispensa dias antes das férias gera indenização

💡 2ª Turma do TST condenou empresa por dispensar funcionário às vésperas das férias, levando-o a cancelar o período já programado.

📌 **Relevância:** Procedimentos de desligamento realizados próximos ao gozo das férias devem ser avaliados com cautela. A ausência de planejamento pode gerar condenações por dano moral e financeiro.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/instrutor-de-yoga-dispensado-dias-antes-de-sair-de-ferias-sera-indenizado>

6. PLR é devida mesmo sem lucro contábil

💡 5ª Turma do TST manteve condenação ao pagamento da PLR de 2015 com base em metas previstas em acordo, ainda que não tenha havido lucro contábil.

📌 **Relevância:** Atentar-se a negociação coletiva, pois a decisão demonstra que quando a

norma coletiva vincula a PLR a indicadores/metas específicos, a ausência de lucro contábil, por si só, não afasta a obrigação.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-deve-pagar-plr-mesmo-sem-ter-tido-lucro-contabil>

7. Transtorno bipolar: reintegração em contrato de experiência determinada pelo TST

💡 A SDI-1 do TST determinou a reintegração de técnico dispensado durante contrato de experiência após diagnóstico de transtorno afetivo bipolar, com indenização por danos morais.

📌 **Relevância:** Reforça cuidados em dispensas potencialmente discriminatórias; importância de gestão de saúde ocupacional e documentação objetiva de desempenho.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/tecnico-com-transtorno-bipolar-obtem-reintegracao>

8. TJSP confirma validade de multa ambiental aplicada pelo Estado de São Paulo

💡 O TJSP deu provimento ao recurso apresentado pelo Estado contra decisão que havia suspendido a cobrança de uma multa ambiental imposta à uma empresa. A empresa sustentava não ser responsável pelo desmatamento constatado, alegando que a área pertencia à CESP. A decisão de primeira instância havia concedido liminar para suspender a cobrança, mas o Tribunal entendeu que não havia elementos suficientes que demonstrassem a probabilidade do direito da empresa e destacou que a suspensão da exigibilidade da multa exige o depósito integral do valor, conforme o artigo 151, II, do CTN.

📌 **Relevância:** O posicionamento do TJSP reforça a credibilidade da atuação fiscalizatória do Estado e contribui para a efetividade das políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente.

🔗 [3002622-30.2025.8.26.0000.pdf](https://www.tjsp.jus.br/juris/juris/3002622-30.2025.8.26.0000.pdf)

9. TJSP nega pedido do Ministério Público para incluir o ITESP em execução de termo ambiental

💡 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão que rejeitou o pedido do Ministério Público para incluir o ITESP no polo passivo de uma execução de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental.

📌 **Relevância:** A decisão reforça a importância de respeitar os limites jurídicos na execução de compromissos ambientais e delimita a responsabilidade de órgãos públicos em casos de recuperação ambiental.

🔗 [3008370-43.2025.8.26.0000.pdf](#)

10. TJSP mantém multa aplicada pela CETESB por mortandade de peixes no Rio Mogi Guaçu

📌 O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento a recurso interposto por uma empresa industrial contra a CETESB em ação que buscava anular auto de infração ambiental. A empresa havia sido multada após fiscalização constatar mortandade de peixes no Rio Mogi Guaçu, atribuída ao lançamento de efluentes industriais. O Tribunal entendeu que a autuação foi válida, destacando que a atividade poluidora exige constante vigilância e que o auto de infração goza de presunção de legalidade. Aplicou-se o princípio *in dubio pro natura*, segundo o qual, em caso de dúvida, deve-se optar pela proteção ambiental.

📌 **Relevância:** A decisão reforça a responsabilidade das empresas quanto ao controle e tratamento adequado de efluentes e confirma o papel da CETESB na fiscalização de atividades potencialmente poluidoras.

🔗 [1003531-25.2017.8.26.0053.pdf](#)

11. TJSP mantém condenação por dano ambiental em unidade de conservação

📌 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação de uma moradora por causar dano indireto a uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, no Parque Estadual da Serra do Mar. A decisão confirmou que a manutenção de edificação irregular no local impediu a regeneração da vegetação nativa e resultou no lançamento de efluentes domésticos sem tratamento. O Tribunal rejeitou os pedidos de absolvição, desclassificação para modalidade culposa e aplicação do princípio da insignificância, reconhecendo que o dano ambiental foi comprovado e que a conduta teve relevância jurídica.

📌 **Relevância:** O entendimento do TJSP reafirma a proteção rigorosa das unidades de conservação e reforça que a ocupação irregular em áreas de proteção ambiental gera responsabilidade penal, mesmo quando o dano é indireto.

🔗 [0000107-05.2016.8.26.0157.pdf](#)

12. TJSP Negou Habeas Corpus sobre responsabilidade penal por supressão de vegetação em área de preservação permanente

💡 O TJSP negou habeas corpus em ação penal que apura supressão de vegetação nativa de restinga em área de preservação permanente, em São Sebastião/SP. A defesa alegava ilegitimidade do representante do condomínio e aplicação do princípio da insignificância. O Tribunal entendeu que o administrador pode responder penalmente e que o dano ambiental, ainda que pequeno, não é insignificante.

📌 **Relevância:** A decisão reforça que a proteção ambiental exige responsabilização efetiva, mesmo em casos de menor impacto, consolidando a importância da tutela penal do meio ambiente como bem difuso e essencial à coletividade.

🔗 [2288758-63.2025.8.26.0000.pdf](#)

13. STF julgou improcedente agravo sobre responsabilidade solidária por dano ambiental causado por despejo de esgoto

💡 O STF negou provimento a agravo regimental interposto em processo que discutia a responsabilidade solidária do Estado, do Município e da companhia de saneamento por dano ambiental decorrente do despejo de esgoto in natura no Rio Cabral, no Rio de Janeiro. O Tribunal manteve o entendimento de que a omissão conjunta na prestação do serviço de saneamento configura responsabilidade compartilhada entre os entes federativos.

📌 **Relevância:** A decisão reforça o dever comum da União, Estados e Municípios na proteção ambiental e no saneamento básico, confirmando que a omissão estatal também gera responsabilidade ambiental solidária, essencial para garantir a efetividade das políticas públicas de preservação e qualidade ambiental.

🔗 [0000000000001558898.pdf](#)

14. STF Suspende decisões que anulavam bloqueios preventivos do Ibama na Amazônia e no Pantanal

💡 O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a tramitação de 23 processos que derrubavam bloqueios preventivos impostos pelo Ibama em áreas da Amazônia e do Pantanal onde foi identificado desmatamento ilegal ou uso irregular de fogo. A decisão foi tomada no âmbito da ADPF 743, que trata da criação de um plano nacional de prevenção e combate a incêndios. Dino considerou que os embargos preventivos, previstos

no Decreto nº 12.189/2024, são essenciais para conter danos ambientais antes que se tornem irreversíveis, reforçando os princípios da precaução e da prevenção.

📌 **Relevância:** A decisão fortalece a atuação do Ibama e do Estado na defesa do meio ambiente, ao garantir a continuidade de medidas administrativas voltadas à proteção de biomas ameaçados. Ao priorizar a precaução diante de atividades potencialmente lesivas, o STF reafirma o papel do Poder Judiciário na efetivação do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-out-14/dino-suspende-decisoes-que-impediam-bloqueios-de-terras-para-prevenir-desmatamento/>